

ÍNDICE

Introdução	1
------------------	---

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

Evolução da Concepção do Processo de Insolvência	5
--	---

CAPÍTULO II – O PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO

1. Noção	15
2. Características	15
3. Modalidades	17
4. Legitimidade Processual Ativa	18

CAPÍTULO III – O PLANO DE RECUPERAÇÃO

1. Noção	22
2. Características	23
3. Modalidades	26
4. Legitimidade Processual	27
4.1. O Administrador da Insolvência	27
4.2. O Devedor	29
4.3. Os Responsáveis Legais	30
4.4. Os Credores	30

CAPÍTULO IV – UMA COMPARAÇÃO ENTRE O PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO E O PLANO DE RECUPERAÇÃO

1. Âmbito de Aplicação	33
1.1. Âmbito Subjetivo	33
1.2. Âmbito Objetivo	36
2. Órgãos intervenientes no Processo de Insolvência e no PER	42
2.1. Administrador Judicial Provisório <i>versus</i> Administrador da Insolvência	42
2.1.1. Nomeação	42
2.1.2. Remuneração	45

2.1.3.	Funções	47
2.1.4.	Efeitos	50
3.	Aprovação do Plano.....	60
3.1.	Convocação da Assembleia de Credores	60
4.	Votação do Plano	63
4.1.	Créditos que conferem ou não direito de voto	63
4.2.	Votação na Assembleia ou por escrito	66
4.3.	Quóruns.....	67
4.3.1.	Quórum Constitutivo.....	68
4.3.2.	Quórum Deliberativo.....	69
4.4.	Publicação da Deliberação	72
5.	Aprovação do Devedor	73
6.	Homologação do Plano.....	74
6.1.	Prazo para Homologação do Plano	74
6.2.	Não Homologação Oficiosa	76
6.3.	Não Homologação a Solicitação dos Interessados	79
6.4.	Os Créditos Públicos.....	81
7.	Efeitos da Homologação do Plano	88
8.	Encerramento do Processo no PER	94
8.1.	Encerramento do Processo Negocial sem acordo	95
8.2.	Encerramento do Processo Negocial com acordo	98
8.3.	O Encerramento do Processo Negocial e a declaração de insolvência.....	98
9.	Encerramento do Processo no Plano de Insolvência.....	101
10.	Efeitos do Encerramento do Processo.....	102
10.1.	Sem acordo	102
10.1.1.	Sem declaração de insolvência.....	102
10.1.2.	Com declaração de insolvência	102
10.2.	Com acordo	104
	Conclusões	106
	Referências Bibliográficas.....	111